



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



GDF que se prepare

Líder do PSDB no Senado e pré-candidato a governador do Distrito Federal, Izalci Lucas não está na CPI da Covid, mas já está com 50 pedidos entregues a membros do colegiado para obter detalhes a respeito da operação Falso Positivo. Entre os requerimentos de Izalci constam pedidos para envio de toda a documentação do Ministério Público e Polícia Federal a respeito dessa investigação. "Foram recursos federais e está bem dentro do que será discutido", diz o senador.

Diluído

O líder tucano apresentará, ainda, uma sugestão para a criação de quatro sub-relatorias: uma para as ações do governo federal, outra para os estados, uma terceira para municípios e uma quarta, que ficaria responsável por vacinas e empresas. Assim, Renan Calheiros, se resolver a questão da liminar, vira relator geral.

Minha pauta, minha vida I

Ciente do protagonismo que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid já deu ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adversário de Renan no estado, vê nas reformas tributária e administrativa a saída para tentar empatar o jogo e montar uma pauta positiva.

Minha pauta, minha vida II

Lira quer também se apresentar nacionalmente como alguém voltado à recuperação do país, enquanto o governo não encontra uma saída para a pandemia, e o Senado se dedica à CPI.



O "esquenta" da CPI mostra governo em dificuldades

A liminar obtida pela deputada Carla Zambelli a fim de evitar que Renan Calheiros assumisse a relatoria da CPI da Covid é vista como mais um ingrediente para deixar o governo na berlinda no Senado. Até juristas ligados ao Planalto duvidam de que essa ação prospere. Politicamente, brigar contra CPI na Justiça indica que Bolsonaro entrou no modo desespero, uma vez que todas as demais ações para tentar obter maioria no colegiado falharam. O presidente não conseguiu retirar assinaturas a fim de evitar a instalação da CPI, não obteve sucesso nas manobras para trocar os integrantes da comissão e não conseguirá um relator aliado.

As investidas do governo até agora só fizeram aproximar mais o grupo dos independentes da oposição, deixando o presidente Jair Bolsonaro com mais dificuldades. Para completar, a escassez de vacinas não apresenta solução no curto prazo, e há o descontrole da pandemia, já que o país despreza a testagem da população como forma de isolar os contaminados e tornar a circulação de pessoas mais segura.

CURTIDAS

Falta combinar/ Os parlamentares, porém, não estão muito dispostos a aprovar a reforma administrativa nesse ambiente em que o resultado pode ser um serviço público mais sujeito a aparelhamentos do que já existe hoje.

Agora é oficial/ Até o Gabinete Civil da Presidência da República, capitaneado pelo general Luiz Eduardo Ramos, se refere a um segmento de apoiadores do presidente como "gabinete do ódio", ao listar as acusações que o governo deve enfrentar na CPI.

E o Tarcísio, hein?/ Ao se referir ao ministro da Infra-estrutura, Tarcísio de Freitas, com um "quem sabe São Paulo não adota Tarcísio no ano que vem?", o presidente Jair Bolsonaro passou a ideia de que tem dificuldades para encontrar um candidato forte contra o PSDB e o PT em São Paulo e busca alguém de fora. O ministro, porém, já reiterou diversas vezes que não deseja ser candidato a um mandato eletivo.

Vem por aí/ Assim como existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, o deputado Danilo Forte (PSDB-CE) quer apresentar uma proposta de emenda constitucional a fim de dar ao país uma futura Lei de Responsabilidade Social.

MEIO AMBIENTE / Em audiência tumultuada na Câmara dos Deputados, ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas mantém acusações de que o ministro do Meio Ambiente atuou em defesa de madeireiros. Governistas tentaram impedir depoimento de delegado

Salles fez "pseudoperícia"

» SARAH TEÓFILO

Audiência pública na Câmara dos Deputados com o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva, ex-superintendente da corporação no Amazonas, foi marcada por confusão, bate-boca e críticas por parte de deputados da base do governo. Saraiva foi convidado à Casa para prestar esclarecimentos na Comissão de Legislação Participativa sobre uma notícia-crime apresentada por ele ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. No dia em que ele apresentou a notícia-crime, a PF anunciou a sua saída da superintendência da PF no Amazonas.

Na peça enviada ao Supremo, Saraiva acusa Salles de integrar uma "organização criminosa" e de tentar "obstar investigação". Segundo o delegado, o ministro atuou para proteger madeireiros ilegais, apoiando o desmame e tráfico de 214 mil metros cúbicos de madeira. O material está avaliado em R\$ 130 milhões. Na audiência, Saraiva explicou a investigação da PF que levou à apreensão da madeira e que, por meio de laudos, foram detectadas fraudes gravíssimas, inclusive uma grilagem de terra em larga escala, além do motivo pelo qual enviou a notícia-crime.

O ex-líder do governo na Câmara, deputado federal Vitor Hugo (PSL-GO), tentou impedir que o delegado da PF Alexandre Saraiva prestasse depoimento. Antes do depoimento do delegado começar, Vitor Hugo alegou que o local correto para que ele fosse ouvido seria a Comissão do Meio Ambiente, presidida pela deputada também da base do governo, Carla Zambelli (PSL-SP). O presi-

dente da Comissão de Legislação Participativa, Waldenor Pereira (PT-BA), negou o pedido feito pelo parlamentar. Zambelli pediu para falar em seguida, mas não foi autorizada pelo presidente. Houve, então, uma algazarra no início da fala de Saraiva.

O policial federal ressaltou que o ministro, além de conceder várias entrevistas criticando a operação, foi à região onde se apreendeu a madeira e "fez uma pseudoperícia". "De 40 mil toras, olhou duas; disse que conferiu e que a princípio estava tudo certo, que as pessoas apresentaram as escrituras", afirmou. Com os documentos em mãos, a PF apurou que houve uma reunião organizada e com pelo menos uma participação direta do ministro. "Quando aquilo se mostrou uma fraude imensa, onde se buscava iludir a autoridade policial, eu entendi como correto encaminhar notícia-crime ao Supremo apontando aquele fato", justificou. De acordo com ele, os processos que autorizaram a extração daquela madeira apreendida tinham um "vício insanável". "Foram tiradas de uma terra que não pertence àquelas pessoas".

"Como pode estar certo?"

Além da 'pseudoperícia' apontada pelo delegado, Saraiva afirmou que existem aproximadamente 40 pontos de apreensão de madeira, mas apenas 10 pessoas apresentaram essa documentação. "Temos mais de 70% da madeira apreendida que não apareceu dono, ninguém reivindicou. É uma coisa muito séria. Se ninguém reivindicou, como o ministro pode dizer que está tudo certo, que a operação da PF está errada?", questionou.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Alexandre Saraiva durante o depoimento: ninguém apareceu para reivindicar 70% da madeira apreendida



Quando aquilo se mostrou uma fraude imensa, onde se buscava iludir a autoridade policial, eu entendi como correto encaminhar notícia-crime ao Supremo

Alexandre Saraiva,
ex-superintendente da PF no Amazonas

De acordo com Saraiva, Salles tinha em mãos todos os laudos periciais feitos pela PF. O delegado ressaltou, ainda, que a principal empresa que atua na região já recebeu mais de 20 multas do Ibama, devendo aproximadamente R\$ 9 milhões. "O senhor ministro fez uma inversão: tornou legítima a ação dos criminosos, e não dos agentes públicos. Foi isso que nos motivou a fazer essa notícia-crime", frisou.

O ministro do Meio Ambiente foi defendido com afinco por deputados da base governista, principalmente os ligados à ala

mais ideológica. Major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo na Casa, afirmou que a atuação do delegado tem viés político. "Nosso governo tem interesse de fazer o equilíbrio entre a necessidade de se preservar, mas também de desenvolver a economia do país. Não compactuamos com nenhum crime ambiental. Se (o crime) tivesse sido cometido, que os responsáveis fossem punidos, mas dentro do devido processo legal", afirmou. O parlamentar criticou que o delegado não condenou ou inocentou as em-

presas envolvidas, e que as madeiras ficaram paradas, apodrecendo e sem destinação.

A deputada Caroline de Toni (PSL-SC) disse que o delegado manifestou parcialidade nas expressões que usou e na forma como rebateu as informações. "Mostrando que parece que é juiz da causa, que nem ouviu os acusados e já está dizendo que está tudo errado. Pré-julgou os processos sem ouvir as pessoas", afirmou. Já parlamentares da oposição aproveitaram a oportunidade para criticar o governo e o ministro Salles, além da própria postura da base governista. Camilo Capiberibe (PSB-AP), por exemplo, afirmou que "muitos que estão questionando a atuação da Polícia Federal se elegeram defendendo a atuação da Polícia Federal. "É muito curioso ver essa mudança de comportamento", disse.

Joseildo Ramos (PT-BA) lembrou da reunião ministerial de abril do ano passado, cujo vídeo foi divulgado e no qual Salles aparece falando em "aproveitar" que os olhos estavam voltados à pandemia para "passar a boiada". "Todos lembram daquela reunião ministerial, há um ano, quando o ministro Ricardo Salles colocou aquela frase. É um réu previamente confesso", atacou.

Já a parlamentar Alê Silva (PSL-MG) chamou o delegado de "suspeito" e "incompetente". Alexandre Saraiva rebateu, dizendo que a deputada era incompetente devido à quantidade de projetos apresentados e relatados. A afirmação do delegado gerou manifestação de outros deputados da base, que disseram que o funcionário público os estava ofendendo.